



## A EDUCAÇÃO E A SAÚDE

A saúde coletiva representa parte fundamental daquilo que o país prioriza em suas políticas sociais, paralelamente ao setor da educação. O direito à saúde está presente na qualidade de vida dos cidadãos, desde a gestação e o nascimento à velhice, que é quando, espera-se, encerram-se os ciclos da vida.

De que morrem e adoecem as pessoas? Em quais contextos? O que é mais adequado para enfrentar as situações diversas considerando as diferenças regionais do Brasil? Essas são perguntas fundamentais do objeto de trabalho dos profissionais que trabalham nessa ampla área e que contribuem nas escolhas e decisões a serem tomadas pelo poder político e institucional, tanto no que se refere às ações de saúde como na educação, esta última vista no seu sentido mais abrangente: educação familiar, escolar, profissional, educação em saúde...

Nos últimos 25 anos pós-ditadura no Brasil, houve mudanças estruturais fundamentais no setor saúde que fortaleceram, sobretudo, a atenção primária à saúde (APS), paralelamente à reorganização da atenção dos diferentes níveis de complexidade.

Essa política significou a mais vasta tentativa de democratizar o acesso à saúde pela equidade na distribuição de recursos públicos, representando imenso desafio para a diminuição das taxas de morbidade e mortalidade, tanto pelas doenças e agravos transmissíveis e evitáveis como por aqueles de caráter crônico não transmissível (DANT), na finalidade maior de melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Esse desafio toma uma dimensão que abarca outros setores sociais além da saúde, pois sabe-se que a melhoria, explicitada na queda das taxas de morbimortalidade, depende, também, da situação econômica, política e social do País.

Tal política inclui, além do acesso aos serviços de saúde, a conscientização dos cidadãos para aderirem a modos de vida mais saudáveis e acesso à melhoria na qualidade da moradia, da alimentação, da educação e do lazer.

Para viver melhor, é preciso contar com a satisfação com o que se vive, o que se faz, o que se sonha, no dia a dia, e manter o desejo daquilo que se busca, além de ser referência particular ou geral do contexto compartilhado na sociedade. Uma condição básica para que as pessoas consigam viver saudáveis está, portanto, na capacidade de reflexão, de conhecimento e autoconhecimento, que geram o poder de decisão e de escolhas pertinentes. Ter saúde, nesse sentido, é sempre um processo inacabado, de enfrentamento dos riscos e adversidades, que se inicia antes mesmo que ocorram, com a promoção e a prevenção de agravos, como responsabilidade do Estado e de cada indivíduo.

Como pensar esse processo senão pelo direito à educação que cabe ao cidadão? Educação que tem duas vertentes: a primeira é a educação centrada na saúde, que inclui diferentes denominações e referenciais teóricos, como "educação para a saúde", "educação em saúde", educação do paciente", "educação sanitária", todos buscando construir a capacidade de decisão para o enfrentamento coletivo e individual; a segunda é a da formação de pessoal para atuar na área da saúde.

Diversas frentes inovadoras em educação para a saúde foram implantadas no País, nas unidades básicas de saúde dos municípios, sobretudo pela coordenação do trabalho de enfermagem, mas ainda com foco maior em atividades relativas ao controle de doenças, como cardiovasculares, diabetes, DST/aids e outras, além dos programas já consolidados, como o de Vacinação, e a implantação de novas atividades, inclusive o inovador *Projeto Saúde Escolar*, para crianças e adolescentes acompanhados e referenciados no local onde estudam.

As atividades de promoção de vida saudável são fundamentais para quem tem uma doença crônica, mas ainda há dificuldades para que as ações de prevenção para a população em geral esteja implantada de forma abrangente nessa área, apesar de os indicadores epidemiológicos mostrarem um salto progressivo da saúde coletiva brasileira – por exemplo, a diminuição das internações por diabetes. Além disso, faz-se necessário criar mecanismos de monitoramento e de avaliação que deem conta da eficácia das ações para cada território e em cada município, para que sejam realizados ajustes metodológicos e organizacionais de forma efetiva. O trabalho conjunto das universidades públicas e serviços de saúde é um caminho promissor para que a educação em saúde e sua avaliação contínua se desenvolvam cada vez para atingir a finalidade maior de compartilhamento de responsabilidades para assegurar a qualidade de vida dos cidadãos.

A universidade pública tem, também, papel de destaque na formação de pessoal de saúde, seja no que se refere à graduação e à pós-graduação, seja na formação para as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a reorganização da atenção por meio da Estratégia da Saúde da Família (ESF).

Esse é um desafio, renovado continuamente, para que as formações se tornem cada vez mais pertinentes às necessidades de saúde da população e respondam aos princípios do SUS. Um desafio para o qual as faculdades de formação de enfermeiros devem estar também cada vez mais preparadas, para que continuem no centro da consolidação da formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Um ótimo 2011 para todos, em especial para aqueles que contribuem na luta por uma sociedade brasileira cada vez mais justa!

Maria Imaculada de Fátima Freitas  
Doutora em Ciências da Educação  
Diretora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais